

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
Carlos Alberto Richa
Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
E COORDENAÇÃO GERAL
Cassio Taniguchi
Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

Gilmar Mendes Lourenço
Diretor-Presidente

Emilio Kenji Shibata
Diretor Administrativo-Financeiro

Julio Takeshi Suzuki Júnior
Diretor do Centro de Pesquisa

Daniel Nojima
Diretor do Centro Estadual de Estatística

EDITORAÇÃO

Maria Laura Zocolotti
Supervisão editorial

Ana Batista Martins
Diagramação

Cláudia F. B. Ortiz
Revisão de texto

Stella Maris Gazziero
Projeto gráfico

A EVOLUÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS DO PARANÁ

*Gilmar Mendes Lourenço**

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entidade vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, realizou um abrangente e detalhado esforço de compilação de informações que retratam a evolução do tecido social dos estados brasileiros no intervalo de tempo compreendido prioritariamente entre 2001 e 2009.

Trata-se de estimativas preparadas com base nas estatísticas oriundas sobretudo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que deverão receber um tratamento de revisão e atualização quando da disponibilização dos dados desagregados do Censo Demográfico 2010 do IBGE.

Nessa perspectiva, os resultados, levantados e sistematizados conforme grupos de variáveis, favorecem, ao mesmo tempo, o cumprimento da tarefa de melhor compreensão dos avanços e recuos, diferenciados espacialmente, verificados no panorama social do País, e a avaliação e proposição de políticas públicas visando à otimização dos pontos fortes e a neutralização ou até eliminação dos quadros julgados indesejáveis.

No caso do Paraná, os indicadores apurados permitem constatar uma tendência de melhoria generalizada das condições de vida da população local no intervalo em pauta, inclusive nas áreas rurais, acompanhando o cenário extremamente positivo exibido em âmbito nacional. Na verdade, houve a formação de um ambiente virtuoso no Brasil, efeito da maturação de ativos sociais construídos desde o começo da redemocratização em 1985, abrangendo especialmente os programas de transferência direta de renda, enraizados na Carta Magna de 1988, a estabilização monetária, a partir de 1994, a valorização do salário mínimo e a vigorosa recuperação do emprego formal.

Essencialmente, o Estado demonstrou acentuadas quedas nas taxas de fecundidade das mulheres, pobreza, desigualdade, mortalidade infantil, desemprego e analfabetismo, além de apreciáveis ganhos em cobertura previdenciária e expectativa de vida da população idosa, absorção de recursos de ações públicas de direcionamento de renda, rendimento médio do trabalho, anos de estudo da população com mais de 15 anos, frequência escolar e acesso aos serviços de água e energia elétrica e a bens ligados à tecnologia da informação.

* Economista, diretor-presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

Contudo, é interessante notar que, para a esmagadora maioria das variáveis acompanhadas, a intensidade dos aprimoramentos no Paraná mostrou-se aquém do desempenho exposto pela Região Sul, preservando a desconfortável peculiaridade de retardo da conjuntura social do Estado comparativamente às unidades federadas mais desenvolvidas do País.

Tanto isso é verdadeiro que, dentre os mais de 30 índices mensurados pela pesquisa do IPEA, em mais de 2/3 deles o Paraná estaria, no exercício de 2009, em condições menos adequadas do que a Região Sul. As exceções à regra ficaram por conta da maior presença de jovens de mais de 15 anos e menor participação de pessoas com mais de 60 anos no contingente da população total, frequência escolar em todos os níveis, abastecimento de água e esgoto e acesso à energia, coleta de lixo, telefone fixo, e proporção de domicílios adequados.

Adicionalmente, alguns pontos específicos do trabalho do IPEA mereceriam ser sublinhados. O primeiro deles compreende o menor peso dos recursos procedentes das transferências federais no orçamento das famílias paranaenses, representando precisamente 17,1% em 2009, contra 20,7% para a média do País e 20,1% para a Região Sul. À primeira vista, esse fenômeno poderia ser visto como positivo, e imputado à menor dependência do Estado de verbas federais, fruto de uma maior pujança econômica, comprovada pelo fato de o Paraná ter registrado a quinta maior renda domiciliar *per capita* do País.

No entanto, tendo conhecimento de que o Estado ostenta apenas a 7ª melhor condição de extrema pobreza (renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 67,07 em 2009) da federação, parece razoável supor que a menor proporção dos recursos das ações da União nos rendimentos totais dos paranaenses advém de dificuldades de acesso e, principalmente, da escassa influência política do Estado na órbita federal.

Um segundo aspecto diz respeito à taxa de analfabetismo, que, depois de cair de 8,66% em 2001 para 6,55% em 2007, retomou uma rota ascendente, chegando a 6,67% em 2009, sinalizando a possível existência de anomalias em uma área chave para a inclusão social e a universalização da consciência cidadã.

Por fim, um terceiro elemento de destaque engloba a deterioração da violência urbana, atestada pela disparada da taxa de homicídios masculina para a população entre 15 e 29 anos. Mais especificamente, enquanto o número de mortes por 100 mil habitantes recuou no Brasil de 101,40 para 94,30 entre 2001 e 2007, e subiu na Região Sul de 57,60 para 81,70 em idêntico período, no Paraná ocorreu um salto de 71,70 para 116,30.

Por certo, a alteração da fisionomia social do Estado requer a identificação e o reconhecimento dos problemas e o seu respectivo ataque via formulação e implementação de ações públicas, atreladas ao aporte de recursos financeiros provenientes das entidades multilaterais de crédito e aos projetos federais voltados à desconcentração de renda. Igualmente relevante é a ativação de arranjos institucionais, celebrados entre o governo e os demais atores sociais, que enseje o restabelecimento de um clima propício à impulsão do investimento produtivo, da renda e do emprego no território paranaense.

Nesse sentido, é importante reter que o executivo estadual vem adotando uma postura firme e consistente. Prova disso é o conjunto de empreendimentos superiores a R\$ 9,0 bilhões, atraídos pelo Programa Paraná Competitivo em 2011, e a nomeação de 9.516 professores, aprovados em concurso público para a rede estadual de ensino, por ocasião da solenidade de reabertura do Palácio Iguaçu, corroborando o compromisso do governo com a excelência educacional.

Em linha idêntica, relatório anual da Secretaria de Segurança Pública revelou queda de 5,8% dos homicídios dolosos no Estado em 2011, em confronto com 2010, com diminuição de 8,7% na capital, que deve ser intensificada com a materialização dos projetos do Programa Paraná Seguro, focado em um atendimento mais humanizado à população.